



GARANTIA DE QUALIDADE STCP

SOMOS A ÚNICA EMPRESA DE CONSULTORIA,
ENGENHARIA E GERENCIAMENTO ESPECIALIZADA
NO SETOR FLORESTAL COM A CERTIFICAÇÃO
ISO 9001/2000

A ESCOLHA É SUA.

www.stcp.com.br

Lysimaco Ferreira da Costa, 101 Centro Cívico 80530-100 Curitiba/PR
41 3252 5861 Fax: 41 3252 5871 stcp@stcp.com.br

stcp
INFORMATIVO

Gestão Fundiária

Principal Problema do Setor Florestal Brasileiro

Poor Management of Land Issues: The Main Problem of the Brazilian Forest Sector

▪ INVESTIMENTO
EM ATIVOS FLORESTAIS
É UM BOM NEGÓCIO?
*INVESTMENT IN FOREST ASSETS.
IS IT A GOOD BUSINESS?*

▪ MODELOS DE EXPANSÃO
DA PRODUÇÃO FLORESTAL
*FOREST PRODUCTION
EXPANSION MODELS*

▪ O CADASTRO
DE IMÓVEIS RURAIS
*THE RURAL ESTATE
REGISTRY*

EDITORIAL

Somente a sustentabilidade econômica garante a melhor resposta social e ambiental necessária ao adequado desenvolvimento do Brasil. No segmento florestal, observa-se, infelizmente, nas esferas do Poder Público, que o mesmo não recebe a atenção que merece como contribuinte à melhoria da qualidade de vida das populações rurais, não somente pelos empregos permanentemente gerados, mas sobretudo, pela oportunidade de novas fontes alternativas geradoras de renda; nem pela contribuição à balança comercial, com saldo líquido de US\$ 6 bilhões; e muito menos como o maior efetivador das políticas públicas de conservação de recursos naturais, especialmente às áreas de proteção permanente e reserva legal, onde mais de 1,8 milhões de hectares estão protegidos e sem custar qualquer real aos cofres públicos.

Ao contrário, observa-se, via normatização, a imposição de limitações legais e institucionais, à produção de bens e serviços do setor florestal, onde o destaque são as normas que impedem a efetivação dos planos de manejo florestal em regime de rendimento sustentado; ao estabelecimento de mecanismos burocratizantes na produção, industrialização e comercialização de produtos e sub-produtos florestais; e, ao apoio, mesmo que de forma indireta, às ações oportunistas de ONGs e movimentos sociais, contra as plantações florestais, como é o caso dos Estados do Espírito Santo e Bahia.

A isso tudo se soma a ineficiência na gestão das políticas públicas, especialmente agrária, onde da mesma maneira, a título de regularizar a posse da terra, diversos planos de manejo florestal, inclusive de empresas regularmente certificadas, foram sumariamente suspensos, sem alternativas viáveis para efetivar os contratos de venda de madeira existentes das empresas detentoras dos planos de manejo.

Os atuais programas e projetos governamentais do setor florestal, exatamente pelas razões expostas, não têm sido capazes de contribuir para fortalecê-lo, às quais se somam uma burocracia tamanha que impede que os atuais gestores florestais do governo possam manter o *status quo* e importância florestal do Brasil. Até o mesmo o velho ditado, “quem não ajuda pelo menos não atrapalhe”, não parece ser adequado às atuais posturas governamentais.

Nesse cenário os investimentos no setor florestal estão experimentando uma significativa retração, cujas conseqüências serão percebidas nos próximos 10 anos, quando, então, será tarde para recuperar o tempo e os investimentos perdidos.

Em 2006, a STCP Engenharia de Projetos, completará 25 anos, e para minimizar os problemas citados, esta mudando sua forma de atuação, onde a formulação de políticas públicas capazes de contribuir para uma melhoria do setor florestal nos Estados, às quais se somam atividades mais específicas na área de gestão de propriedades, de meio ambiente, e outras, passaram a ser estratégicas para garantir o crescimento sustentado da empresa.

Essas mudanças contribuem para o emprego direto de 200 (duzentos) colaboradores e à abertura de mais dois escritórios locais (Guarapuava, no Paraná e Monte Dourado, no Pará), e de dois escritórios internacionais, em Quito, Equador, e em McCormick, Carolina do Sul, Estados Unidos, os quais se somam às 5 (cinco) filiais que a empresa já possuía.

A STCP acredita que nesses 25 anos tem desempenhado um papel preponderante para o desenvolvimento do setor florestal brasileiro e que na medida em que o setor público passe a tratar o setor florestal com a devida atenção e eficiência, o Brasil ocupará posição de destaque no cenário internacional, inclusive com resposta social e ambiental ainda mais efetiva para sociedade. ■



A melhora na eficiência da gestão das políticas públicas é fundamental para desenvolver o setor florestal brasileiro.

EDITORIAL

Improvement of the implementation of public policies is crucial for the development of the Brazilian forestry sector.

Only the economic sustainability provides a better social and environmental response necessary for the development of Brazil. Unfortunately there is a lack of perception by the Public Authorities in relation to the forestry sector's importance. This sector is not recognized as playing an important role in the improvement of life quality of rural populations, not only because of the permanent employment that is generated, but mostly because of opportunities of new income generation sources. The sector is also not recognized as the second largest contributor to the country's trade balance, represented by a net balance that reaches US\$ 6 billion, nor as an effective player of public policies towards the conservation of renewable natural resources, especially the Permanent Protection Areas and Legal Reserves, with over 1.8 million hectares protected without any cost to the public authorities.

On the contrary, it is observed, through normalization, the imposition of legal and institutional constraints to the production of goods and services of the forest sector. The emphasis is in regulations that restrict the effectiveness of forest management plans under sustainable regime; the creation of bureaucratic mechanisms over production, the industrialization and trade of forest products and by-products; the support, even indirectly, to the opportunistic actions of NGO's, social movements and others, which are against forest plantations in the States of Espírito Santo and Bahia.

In addition, there is the inadequate form of agrarian public policies management, which also, aims to regulate the land ownership. Recently several forest management plans (including those from regularly certified companies) have been suspended, without feasible alternatives to make effective timber sales commercial contracts by the owners of such plans.

Current governmental programs and forestry sector projects have not been able to contribute to strengthen the sector itself, because of the previously exposed reasons. Moreover there is a huge bureaucracy that creates impediments for current governmental forest managers, not allowing the maintenance of the status quo and the importance of the Brazilian forests. It is observed that even the old saying "who does not help at least don't bore" doesn't look adequate to the current public policies.

Under this scenario, forestry investments have faced a significant reduction and the consequences will only be perceived in the next 10 years, when it will be too late to recover time and investment lost.

In 2006 STCP Engenharia de Projetos will celebrate its 25th anniversary, and to minimize the above-mentioned problems the company has changed its approach. Public policies formulation contributing to an improvement of the forestry sector and specific actions in terms of properties management, environment, among others, become strategic issues to guarantee an adequate sustained growth for STCP.

These changes have contributed to the employment of 200 people and recently allowed the opening of two additional local affiliated companies (Guarapuava, in Paraná and Monte Dourado, in Pará), besides two international offices: in Quito, Ecuador and in McCormick, South Carolina, USA, which represent an addition to the 5 previous offices that the company already had.

STCP believes that along its 25 years it has played an important role for the development of the Brazilian forestry sector. STCP also believes that if the public sector regards the forestry sector with due respect that is deserved, the country will reach an even greater importance in the international scenario, providing better social and environmental responses for the society. ■

ÍNDICE

Contents



Política | *Politics*.....04

Gestão fundiária inadequada: principal problema do setor florestal brasileiro

Poor management of land issues: the main problem of the Brazilian forest sector

Notas | *Notes*.....12

Atualidades STCP

STCP news

Economia | *Economics*.....16

Investimento em ativos florestais – é um bom negócio?

Investment in forest assets – Is it a good business?

Economia | *Economics*.....20

Investimentos diretos em negócios florestais no Brasil e na América Latina – processo de melhoria do clima dos negócios

Direct investments in forest businesses in Brazil and Latin America – the process to improve the business climate

Legislação | *Legislation*.....24

A Lei 10.267/2001 e o cadastro de imóveis rurais

Law 10.267/2001 and the rural estate registry

Desenvolvimento | *Development*.....28

Modelos de expansão da produção florestal e de desenvolvimento regional

Forest production expansion models and regional development

Escritório Central | *Headquarters*

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 101, Centro Cívico - 80530 100 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: 55 41 3252 5861 - Fax: 55 41 3252 5871
stcp@stcp.com.br - www.stcp.com.br

Filiais/escritórios: Aracruz - ES, Rio Branco - AC, Boa Vista - RR, Itaperuçu - PR, Guarapuava - PR, Monte Dourado - PA, Teresina - PI, Quito - EQ e McCormick - USA.

Tiragem: 4500 exemplares

A produção de artigos, conceitos e análises desta publicação, é permitida, desde que mencionada a fonte (Informativo STCP, publicação da STCP Engenharia de Projetos Ltda.)

Projeto gráfico e diagramação: Doma Design
www.domadesign.com.br | 55 41 3332 1535

Gestão fundiária inadequada: principal problema do setor florestal brasileiro

*Poor management of land issues: the main
problem of the Brazilian forest sector*

por Ivan Tomaselli e Joésio D. P. Siqueira, consultores da STCP

Em recente estudo conduzido pela STCP sobre investimentos na América Latina e Caribe, para atender uma demanda do Banco Inter Americano de Desenvolvimento – BID, foram identificados os principais fatores supra, inter e intra setoriais que afetam o desenvolvimento do setor florestal.

Entre os fatores analisados um deles foi considerado pelos consultores da STCP como extremamente relevante ao setor florestal brasileiro: terras de vocação florestal. Tendo em vista este fato, bem como discussões recentes envolvendo o Governo, representantes da sociedade civil e do setor privado, consultores da STCP realizaram uma análise complementar sobre o assunto. Os resultados dessa análise são apresentados de forma resumida nesse artigo.

Propriedades rurais no Brasil

Na tabela 01 são apresentados dados do IBGE publicados em 2004 sobre o uso da terra no Brasil, considerando somente as propriedades rurais privadas. Em princípio essas propriedades

representam a grande maioria das terras que podem ser consideradas para produção, uma vez que o Governo (federal ou estadual) não tem atuado no setor produtivo vinculado ao uso de terras.

Como pode ser observado, o Brasil possui um território com uma área total de 851 milhões de hectares. Desse total 353 milhões (41%) são propriedades rurais privadas. Isto demonstra que em princípio, mesmo excluindo as áreas urbanas, o Governo é o grande proprietário de terras rurais no país.

As terras rurais nas mãos do Governo Brasileiro englobam as áreas de conservação, preservação, reservas de diversos tipos (inclusive as extensas Terras Indígenas) e as terras devolutas. Esta última categoria é predominante. O Governo não tem tido a suficiente capacidade de gerenciar as terras públicas e isto tem sido, muito provavelmente, o principal fator para ampliar os conflitos e a violência no campo, além de contribuir para as ilegalidades no uso dos recursos naturais (madeira, minerais e outros).

Tabela 01 - Propriedades Rurais e Uso da Terra no Brasil

USO DA TERRA	ÁREA (milhões ha)
Total de Terras do País	851,5
Terras Privadas	353,5
- Agricultura	50,1
- Pecuária	177,7
- Florestas Nativas	88,9
- Florestas Plantadas	5,4
- Não Produtivas	16,3
- Outras	15,1

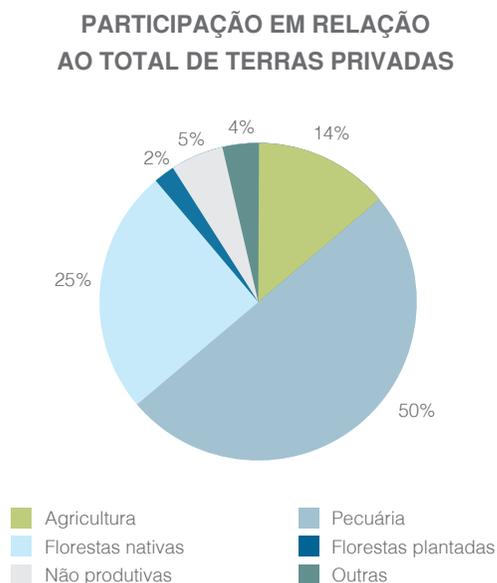
Fonte : IBGE 2004

Na figura 1, apresenta-se de forma gráfica, a participação do uso das diversas categorias de terras rurais privadas, considerando duas bases: área total das propriedades privadas e áreas total de terras do país.

Como pode ser observado, a maioria das terras rurais privadas estão destinadas para pecuária e agricultura. Esses dois usos representam 64% das terras rurais privadas e ocupam cerca de 27% do território nacional. Outro uso importante é o das florestas nativas que corresponde a 25% das terras rurais privadas e ocupa 10% das terras do país.

As florestas plantadas, que são responsáveis por mais de 70% da produção de madeira industrial no Brasil é a de menor importância em termos de participação. As plantações florestais ocupam 2% da área rural privada e apenas 0,6% da área total do país.

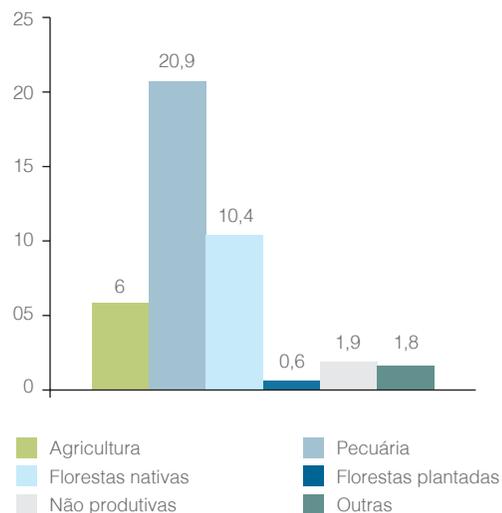
Figura 01 – Distribuição do Uso da Terra (%)



A falta de capacidade dos Governos e a má gestão do patrimônio representado pelas terras públicas, tem forte vinculação com os problemas de violência no campo e demais ilegalidades no uso dos recursos naturais.

Na Amazônia, foram praticamente 40 anos de investimentos no desenvolvimento de ciência e tecnologia para implementar a produção florestal em terras públicas, sem resultados práticos.

PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A ÁREA TOTAL DO PAÍS



As florestas nativas e a produção sustentada

A região Amazônica é a principal produtora de madeira e de produtos não madeireiros a partir de florestas nativas. Em princípio, toda a produção de madeira ocorre em terras privadas, uma vez que as terras públicas, ainda não estão sendo manejadas para produção. É difícil de compreender como o Governo, o maior detentor de florestas naturais do país não consegue, apesar de praticamente 40 anos de estudos (iniciados na Flona do Tapajós no final dos anos 60), colocar em prática a produção florestal em terras públicas. Vide as dificuldades com a aprovação do Projeto de Lei que trata das concessões florestais, atualmente tramitando no Congresso Nacional.

Informações mais detalhadas sobre as florestas nativas privadas existentes nos diversos Estados da Amazônia são apresentadas na tabela 02. Os dados do IBGE indicam que dos 89 milhões de hectares de florestas nativas pertencentes ao setor privado cerca da metade (44 milhões) está na região Amazônica.

Para fins de exercício foi calculado, utilizando um fator linear para exclusão das áreas de preservação permanente – APP e das terras inacessíveis por outras razões, a área de floresta produtiva dentro das propriedades privadas localizadas na região Amazônica. O resultado do exercício mostra que, na realidade, pouco mais de 20 milhões de



hectares de florestas nativas na Amazônia podem, neste momento, ser efetivamente considerados como terras de produção. Teoricamente isso é verdadeiro, uma vez que as terras públicas encontram-se imobilizadas, embora na prática as terras públicas tem sido alvo dos mais diferentes saques, tanto por falta de capacidade do Governo de gestão e guarda do patrimônio, como pela inexistência de instrumentos que permitam efetivar uma melhor utilização dessas áreas.

Tabela 02 - Florestas Nativas Privadas na Amazônia

ITEM	ÁREA TOTAL (milhões ha)	ESTIMATIVA DA ÁREA PRODUTIVA* (milhões de ha)	PRODUÇÃO SUSTENTADA (milhões m ³ / ano em toras)
Área Total no País	88,9	-	-
Áreas na Amazônia	43,9	21,9	15,2-21,9
- Amazonas	2,1	1,1	0,7-1,1
- Pará	11,6	5,8	4,1-5,8
- Mato Grosso	21,5	10,7	7,5-10,7
- Rondônia	5,1	2,5	1,8-2,5
- Roraima	1,0	0,5	0,3-0,5
- Amapá	0,3	0,2	0,1-0,2
- Acre	2,3	1,1	0,7-1,1

Fonte: IBGE

* Estimativa- exclui APP e áreas inacessíveis.

A situação é crítica quando analisada a produção sustentada. Em se considerando as terras florestais privadas como as únicas da Amazônia brasileira que estão produzindo, a capacidade de produção sustentada de madeira tropical, teoricamente, estaria entre aproximadamente 15 e 22 milhões de metros cúbicos por ano, o que é inferior ao consumo atual de madeira em toras de 30 milhões de metros cúbicos por ano.

A região amazônica tem um grande potencial florestal mas, por problemas na gestão da política fundiária, somente 20 milhões de hectares de florestas podem ser considerados como de produção, o que não é suficiente para atender a demanda atual e garantir a sustentabilidade do setor florestal, e melhorar a qualidade de vida das populações que habitam aquela região.

Evidentemente trata-se de uma simulação grosseira, mas mostra que existem problemas bastante sérios, e o primeiro deles está relacionado ao fato de que se todas as florestas privadas da Amazônia forem manejadas para produção de madeira não vai ser possível atender a demanda atual. No entanto existem outros aspectos a serem considerados, e talvez o mais importante seja o de que as florestas nas mãos do Governo vem sendo degradadas, e são nelas, como única alternativa, que se deve atuar para apoiar e viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico local, e com isso, reduzir a ilegalidade e a violência atualmente existentes naquela região.

A situação chega a ser deprimente em alguns Estados. O Amapá, por exemplo, vem discutindo o desenvolvimento da indústria de base florestal, a agregação de valor, a atração de investimentos e outros aspectos. No entanto, naquele Estado, existe somente algo em torno de 200 mil hectares de florestas nativas que poderiam ser destinadas à produção de madeira em toras, com uma produção sustentada estimada entre 100 e 200 mil metros cúbicos de madeira por ano. Este é um claro exemplo de que sem resolver o problema de terras florestais é uma temeridade tentar propor políticas públicas de desenvolvimento para o setor florestal na Amazônia brasileira.

As plantações florestais e o impacto no uso da terra

As plantações florestais são atualmente responsáveis por mais de 70% da madeira industrial consumida no Brasil. Estas florestas foram, na sua maioria, estabelecidas com base nos incentivos fiscais ao longo dos anos 70 e são baseadas principalmente em *Pinus spp* e *Eucalyptus spp* (mais de 95% do total).

Na tabela 03 são apresentadas as áreas plantadas com esses gêneros para os principais Estados e para o total do Brasil. Como pode ser observado, no país existe um total de aproximadamente 5,3 milhões de hectares de plantações com espécies dos referidos gêneros.

O setor florestal baseado em madeira oriunda de plantações tem crescido à taxas superiores a 6% ao ano, e já se projetam dificuldades no suprimento para o futuro próximo. Por este motivo a área plantada no Brasil, após um período redução, encontra-se novamente em expansão para atender novas demandas de madeira das ampliações previstas pela indústria de celulose, para carvão vegetal e para produtos de madeira sólida.

O aumento das áreas de plantios tem sido objeto

Tabela 03 - Áreas de Florestas Plantadas e Participação na Área de Estados Selecionados

ESTADO	ÁREAS (1000 ha)			TOTAL
	TOTAL ESTADO	PINUS (2004)	EUCALIPTO (2004)	
Rio Grande do Sul	28.200,0	120,0	115,9	235,9
Santa Catarina	9.500,0	450,0	42,0	492,0
Paraná	19.900,0	605,1	106,0	711,1
São Paulo	24.800,0	197,0	612,0	809,0
Minas Gerais	58.700,0	143,0	1.535,0	1.678,0
Espírito Santo	4.600,0	-	152,3	152,3
Bahia	56.400,0	14,8	389,4	404,2
Mato Grosso do Sul	35.700,0	53,0	112,6	165,6
Outros	613.700,0	382,1	223,8	605,9
BRASIL	851.500,0	1.965,0	3.289,0	5.254,0

Fonte: FAO-2004



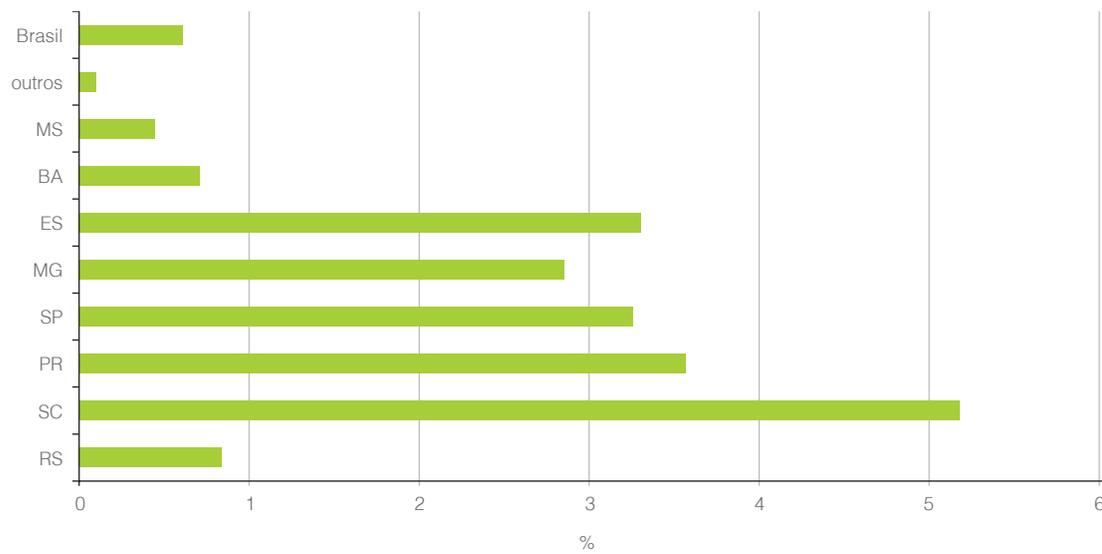
muitos conflitos e de amplas discussões, onde alguns grupos tem demonstrado preocupações quanto a ocupação de terras por plantações florestais, o que estaria limitando a produção de alimentos, gerando impactos ambientais e outros problemas.

Estes fatos tem gerado confrontos entre o setor privado florestal e grupos organizados, o que poderá causar conseqüências irreversíveis para o setor produtivo caso o Governo não defina, claramente, suas políticas em relação ao setor florestal, pois o que se observa é que atualmente, o Governo não esta disposto a desempenhar o seu papel de orientar as discussões, informar a sociedade e propor políticas que permitam efetivar o potencial do Brasil nesse segmento da economia nacional.

Na figura 03 apresenta-se a porcentagem de terras ocupadas por florestas plantadas no Brasil e nos Estados onde se concentram as maiores áreas de plantações florestais. Como anteriormente mencionado, no Brasil, apenas 0,6% das terras são ocupadas por florestas plantadas (contra 21% da pecuária e mais de 10% da agricultura). Na realidade são aproximadamente 5 milhões de hectares de florestas plantadas contra 23 milhões ocupados pela soja e quase 9 milhões de milho. Portanto em termos nacionais, esses números mostram, que não tem qualquer razão a preocupação quanto ao aumento das plantações florestais. Este aspecto se amplia quando se compara com a pecuária onde mais de 177 milhões de hectares são utilizados para essa atividade.

Propor políticas de desenvolvimento para o setor florestal sem resolver o problema de terras é uma temeridade

Figura 03 - Participação da Floresta Plantada na Área Total dos Estados Selecionados



Esquecendo o paralelo com as atividades do setor primário no Brasil, quando se observa, separadamente, os Estados com plantações florestais, a situação é bastante variável. Santa Catarina, por exemplo, tem a maior porcentagem, com pouco mais de 5% de seu território ocupado por florestas plantadas. Outros Estado, como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia tem menos de 1%. O caso da Bahia é particularmente interessante, uma vez que apesar da ocupação extremamente baixa (0,7% da área do Estado), vem sendo discutido a opção de limitar a ampliação dos plantios florestais. Maiores detalhes desse último caso poderão ser obtidos diretamente com o IBAMA/BA, que foi o articulador de uma Audiência Pública, realizada em Porto Seguro, na data de 06 de outubro de 2005, onde inclusive se sugeriu, em flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais, a moratória das plantações florestais naquele Estado.

Conclusão

O fator terras é de fundamental importância para o desenvolvimento do setor florestal, e é de pleno conhecimento da sociedade civil a existência de graves problemas no Brasil relacionados à gestão da política agrária que vem afetando, seriamente, os mais diversos segmentos da economia nacional, e com ênfase especial a indústria de base florestal tanto a de florestas nativas como plantadas.

Apesar do Projeto de Lei das concessões das terras públicas estar tramitando em regime de urgência no Congresso Nacional, ainda assim, conclui-se sobre a temeridade de se definir políticas públicas para o desenvolvimento do setor florestal sem uma posição clara de solução para o problema de fundiário. Na Amazônia, por exemplo, as terras florestais privadas existentes, mesmo que venham ser todas incorporadas à produção, não atenderiam a demanda atual de madeira considerando, minimamente, a tão propalada produção sustentável.

Enfim, cabe ao governo implementar a solução. Se isto não for feito as terras florestais pública vão continuar a ser invadidas, a violência continuará, o clima de investimentos se degradará e o Brasil vai perder a possibilidade de transformar o potencial representados pelas florestas nativas e pelas terras de vocação florestal, em bens de mercado fundamentais a um país que quer participar dos esforços mundiais para redução da pobreza. ■

SUMMARY

Land is a key factor when dealing with the sustainable development of the forest industry. In spite of the fact that Brazil has the largest tropical forest area in the world, under the current situation of land ownership there is no way to expand the forest industry. Actually, out of the 400 million ha of land in the Amazon only around 20 million ha are accessible for timber production.

Expansion of the forest plantations is also a problem. Only 0.6 % of the national territory is covered with forest plantations, but there are groups working to avoid the expansion of the plantations. The analysis points out that current forest development policies are at risk as government has not taken action to properly solve the related land issues, an issue fully under their responsibility.

In case the government does not takes responsible actions the investment climate in the forest sector will deteriorate, and this will limit investments. As a result, conflicts in rural area will continue, and the country will lose an important development option, that can have an outstanding contribution to reduce poverty.

Novas Filiais da STCP

No ano de 2005 a STCP abriu duas novas filiais: Monte Dourado – PA e Guarapuava – PR. Com a abertura dessas filiais a STCP ampliou para 6 o número de filiais no Brasil, o que contribui sobremaneira para o atendimento e aproximação com seus clientes localizados nos mais diversos estados do País.

Parcerias / Escritórios Internacionais

Além dos acordos operacionais que a STCP mantém com empresas em diversos países: (Savcor/ Indufor – Finlândia, Ecosys – França, Nea Gestión – Argentina, Tropical Forest Consultores - Peru e Fórum XXI – Uruguai, no ano de 2005, a STCP abriu dois escritórios internacionais: Quito no Equador e McCormick, Carolina do Sul, EUA. Atualmente está firmando mais uma parceria na Argentina, à GC & Consultores Associados.

Certificação ISO 9001/2000

Em outubro de 2005 a STCP obteve certificação ISO 9001/2000. Essa certificação permite a STCP, além do reconhecimento normatizado de qualidade, atingir seus objetivos principais que são: ganho de qualidade e produtividade, e maior controle e eficácia das atividades desenvolvidas por seus consultores.

Programas de Desenvolvimento Florestal

A STCP incrementou no ano de 2005 sua contribuição no apoio, desenvolvimento e implementação de programas de desenvolvimento florestal, a exemplo dos estados do Acre e Piauí, além das ações junto às Secretarias de Desenvolvimento e Meio Ambiente de países como Argentina, Equador e Peru.

Projetos Internacionais

Entre os diversos projetos internacionais que a STCP desenvolveu em 2004/2005 (mais de 30 projetos) destaca-se o projeto com o BID, que definiu os indicadores de potencial para investimento no setor florestal dos países da América Latina, demonstrando os mercados mais atrativos e sólidos para investimentos no setor.

Projetos Nacionais

Em 2005 a STCP deve concluir, em nível nacional, mais de 150 projetos no setor florestal, destacando principalmente a sua contribuição na definição de estratégias e sites para instalação de novos empreendimentos do setor, sejam plantios ou indústrias de base florestal.

Gestão Ambiental e Auditoria Ambiental

Em 2004/2005 a STCP consolidou sua área de Gestão Ambiental através de contratos de terceirização no setor de meio ambiente de empresas, bem como realizou vários projetos de auditoria ambiental, estando credenciado no estado do Paraná como auditora ambiental junto ao IAP.

Avaliações de Ativos

Devido a sua experiência acumulada na última década, a STCP tem sido cada vez mais consultada e contratada por seus clientes cativos, bem como novos clientes, para a realização de estudos de avaliação de terras, ativos florestais e industriais, os quais já representam mais de R\$ 1 bilhão.

New STCP's Affiliates

In 2005 STCP opened two new affiliated companies: Monte Dourado – PA and Guarapuava – PR. With these two new companies STCP increased to 6 the number of affiliated companies in Brazil, with an outstanding contribution to attend and have an approximation with its clients located in the different states within Brazil.

Partnerships / International Offices

Beyond the operational agreements that STCP maintains with companies in several countries: (Savcor/Indufor – Finland, Ecosys – France, Nea Gestión – Argentina, Tropical Forest Consultores - Peru and Fórum XXI – Uruguay, in 2005 STCP opened two international offices: Quito in Ecuador and McCormick, South Carolina, USA. Presently is establishing another partnership in Argentina, with GC & Consultores Asociados.

Certification ISO 9001/2000

In October 2005 STCP obtained the certification ISO 9001/2000. This certification allows STCP, to achieve its main objectives that are gain in quality and productivity, more control and efficacy of activities developed by the consultants, besides the recognized regulated quality.

Programs of Forest Development

STCP significantly increased in 2005 its contribution to the support, development and implementation of Forest Development Programs, as for example the States of Acre and Piauí, in addition to the actions for the Development and Environment Secretariats of Argentina, Ecuador and Peru.

International Projects

Among the several international projects that STCP implemented along 2004/2005 (more than 30 projects) emphasis must be given to the project with IADB, which defined an Attractiveness Index for Forest Investments within Latin American countries, demonstrating the most attractive markets for investments in the forestry sector.

National Projects

In 2005 STCP must conclude at national level more than 150 projects in the forestry sector. The most relevant is its contribution on the definition of strategies and sites for the implementation of new greenfield projects in the forestry sector, being Forest plantations and industrial facilities.

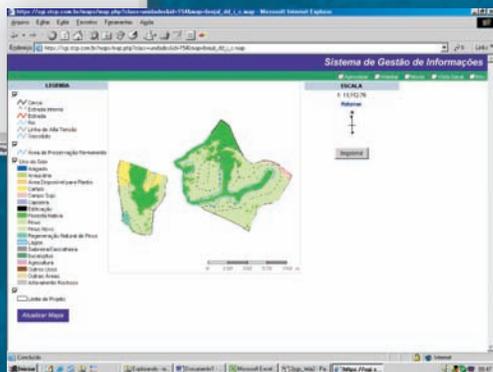
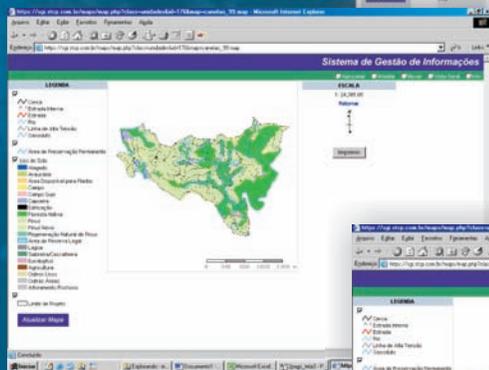
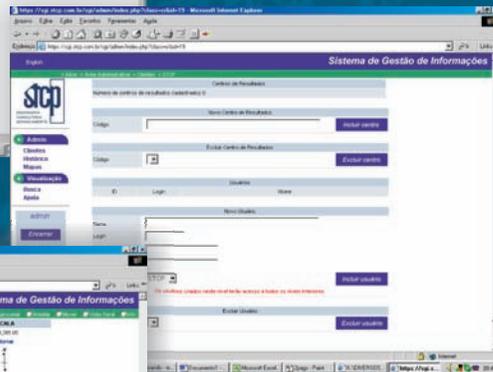
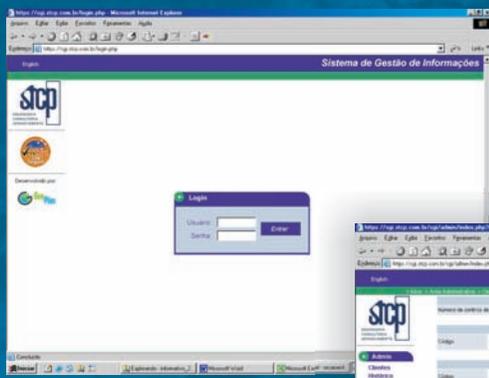
Environmental Management and Environmental Auditing

In 2004/2005 STCP consolidated its Environmental Management area through the establishment of environment outsourcing implementation within private companies, as well as realized several environmental audits, being also accredited environmental realized auditor IAP in Parana State.

Assets Appraisals

Taking into account its accumulated experience in the last decade, STCP has been more and more approached by its clients as well as by new clients, for the execution of land, timber assets and industrial appraisals. Appraised values surpass R\$ 1 billion.

GESTÃO DE



CONSULTORIA
ENGENHARIA
GERENCIAMENTO

ÁREAS FLORESTAIS

**A SOLUÇÃO OTIMIZADA DA STCP
MELHORA A RENTABILIDADE DO
SEU NEGÓCIO E GARANTE:**

- Transparência no gerenciamento do negócio
- Redução dos custos operacionais
- Incorporação contínua de novos negócios
- Melhoria da produtividade
- Acesso à maior equipe especializada de consultoria nacional

www.stcp.com.br



Investimento em ativos florestais – é um bom negócio?

Investment in forest assets – Is it a good business?

por Roberto Bonse, Joésio D. P. Siqueira, consultores da STCP

Quando se fala em fundos de investimentos raciocina-se em termos de aplicações financeiras, como fundos de renda fixa, fundos DI, ações, dentre tantas outras. Fundos de previdência privada tem sido, de certo modo, a coqueluche em termos de investimentos financeiros. A expectativa de ganhos financeiros futuros aliada à garantia adicional de segurança e estabilidade, pode proporcionar não só a aposentadoria privada, como também possibilitar o uso do capital acumulado em investimentos em outros ativos, ou até mesmo uma possibilidade de pagar a educação dos filhos até sua conclusão da universidade.

Em se tratando de fundos de previdência privada, cabe destacar alguns aspectos que estão relacionados a esse tema. Em recentes pesquisas divulgadas pelo IBGE constatou-se que futuramente, e num cenário nem tão longínquo, a população com faixa etária acima de 60 anos no Brasil irá triplicar. Os avanços da tecnologia têm proporcionado, nos dias de hoje, um maior conforto econômico para as pessoas se comparado com algumas décadas atrás. Uma série de fatores tem corroborado para o aumento da expectativa de vida. Isso tem seu lado bom mas também é motivo de preocupação. Um aspecto preocupante relaciona-se à

aposentadoria pública, que hoje já não demonstra números favoráveis e que certamente não terá sustentabilidade futura. Portanto, a busca por um fundo de previdência privada, mais cedo ou mais tarde, será solução para essa geração e para as que estão por vir.

Para o investidor que opta por fundos de investimento é importante levar em conta características de risco e rentabilidade, além da própria estratégia de investimento com seu perfil de investidor. Nesse sentido, ativos florestais são uma boa opção para a composição de carteiras.

Investimentos em ativos florestais oferecem benefícios atrativos para investidores institucionais, incluindo uma boa relação risco e retorno, diversificação de portfólio e solidez de fluxo de caixa. Esses estudos mostram que, ao longo das últimas duas décadas, observou-se nos EUA, uma forte transição de ativos florestais, os quais migraram das empresas florestais verticalizadas para investidores institucionais, tais como fundos de pensão.

Fundos de previdência privada tem sido, de certo modo, a coqueluche em termos de investimentos financeiros.

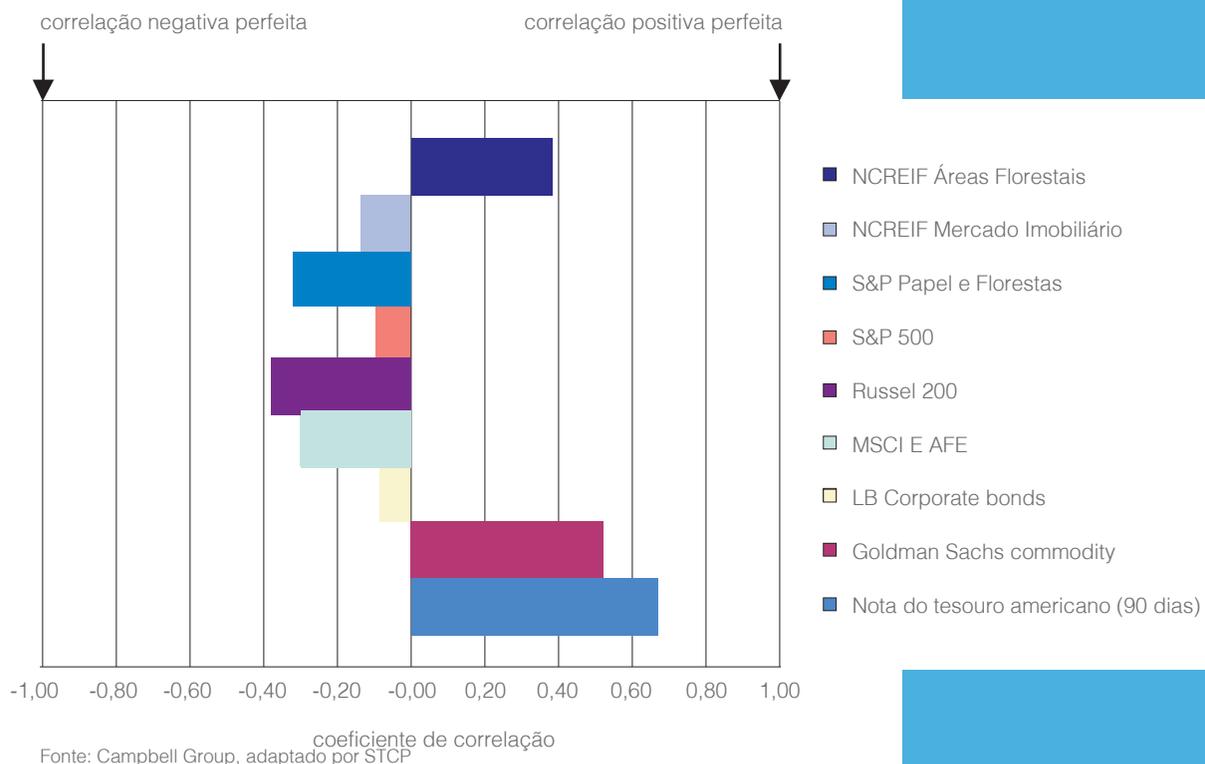
Uma das principais razões para incluir ativos florestais num portfolio institucional de longo prazo é o fato desse tipo de ativo melhorar a relação risco e retorno, num contexto global de um dado portfolio de investimentos. Além disso, o ativo florestal apresenta uma baixa correlação com outras classes de ativos, como ações e títulos, o que lhe confere uma característica de diversificador de portfolio, minimizando as variações desses ativos.

Para se avaliar o desempenho de investimentos em ativos florestais é importante a análise comparativa de diferentes índices. Um dos meios é a avaliação do coeficiente de correlação entre eles. Nos EUA já existem muitos indicadores de performance de ativos florestais. A figura 1 demonstra a correlação da inflação (eixo 0.0%) com outros índices de investimento. O índice americano que mede o desempenho de investimentos em ativos florestais é o NCREIF Áreas Florestais, o qual é positivamente correlacionado com a inflação. Também representa um *hedge* parcial com a inflação, além de ser um investimento atrativo, se comparado com outros, semelhantes em termos de risco e retorno.



Investimentos em ativos florestais oferecem benefícios atrativos para investidores institucionais, incluindo uma boa relação risco e retorno, diversificação de portfolio e solidez de fluxo de caixa.

Figura 1 - Coeficiente de Correlação entre Diferentes Índices de Investimentos



No Brasil fundos de pensão locais não tem dado a devida atenção para o setor florestal. Talvez um dos motivos seja o desconhecimento do potencial de negócios que a atividade florestal pode gerar.

Nas plantações de Pinus spp como de Eucalyptus spp, os resultados obtidos traduzidos em taxa interna de retorno (TIR) têm variado entre 15 e 18%.

Os retornos de ativos florestais têm sido inversamente correlacionados com ações, debêntures e ativos imobiliários comerciais. Isso indica que grande parte da volatilidade dos retornos com ativos florestais é diversificável. Também sugere que a adição de ativos florestais a um portfólio convencional de ativos financeiros irá reduzir a volatilidade desse portfólio.

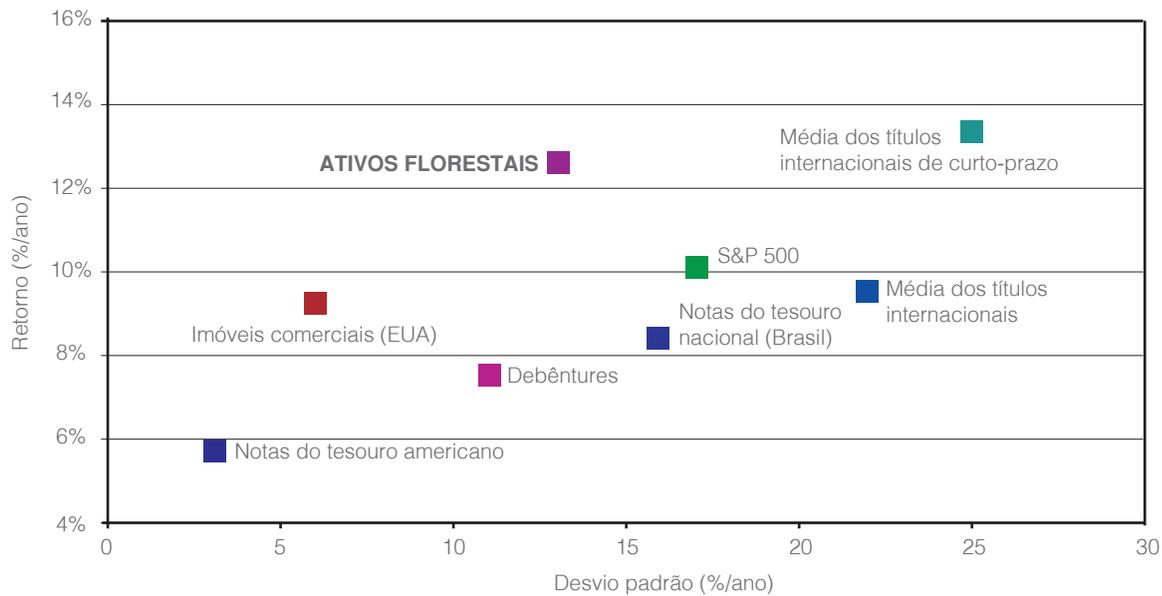
Outros aspectos importantes e que são peculiares do ativo florestal, devem também ser destacados, os quais conferem um diferencial para o investidor institucional. Um deles é o crescimento biológico, e o Brasil é sem dúvida altamente competitivo nesse quesito, considerando o cenário global. Pontos favoráveis adicionais dizem respeito à competitividade da indústria de base florestal brasileira, gestão florestal focada em resultados e uma situação de oferta e demanda bastante estreita.

Esse conjunto de fatores favoráveis presentes no Brasil tem atraído investidores internacionais, sendo que fundos de pensão adquiriram extensas áreas florestais num ritmo intenso em curto período de tempo. Um dos motivos foi a disponibilidade de áreas florestais por parte de empresas nacionais, que na sua grande maioria redirecionaram o capital advindo da desalienação dos ativos florestais para uso no seu *core business*.

No Brasil fundos de pensão locais não tem dado a devida atenção para o setor florestal. Se existe alguma participação nesse setor, ela é bastante incipiente. Talvez um dos motivos seja o desconhecimento do potencial de negócios que a atividade florestal pode gerar.

Esses fatos, aliados aos estudos realizados pela STCP nos últimos anos, para diversos clientes, comprovam a excelente oportunidade e atratividade do negócio com plantações florestais no Brasil. As análises econômicas e financeiras realizadas em diversos negócios, têm mostrado que, no ciclo de produção, tanto nas plantações de *Pinus* spp. como de *Eucalyptus* spp., os resultados obtidos traduzidos em taxa interna de retorno (TIR), têm variado entre 15 e 18%, o que pode ser considerado como um bom investimento de longo prazo. A título ilustrativo, na figura 2 apresenta-se um indicativo de risco e retorno de investimentos alternativos, com ênfase no mercado norte americano.

Figura 2 - Risco e Retorno de Investimentos Alternativos (antes das taxas e impostos)



Fonte: Hancock Timber Resource Group, adaptado por STCP

Existe um potencial de negócios, ainda não explorado, que, no mínimo deve merecer uma atenção mais apurada das instituições financeiras que administram fundos de investimentos.

Tendo em vista as considerações acima expostas, espera-se que os mais diversos fundos de investimentos brasileiros vejam com olhos mais atentos o potencial gerador de ganhos de capital que é o setor de plantações florestais. Investidores internacionais tem sido ágeis na busca por diversificação de portfólios.

É claro que isso é bom para o Brasil, uma vez que divisas externas são muito bem vindas.

Todos esses aspectos conduzem à conclusão de que existe um potencial de negócios, ainda não explorado, que, no mínimo devem merecer uma atenção mais apurada das instituições financeiras que administram fundos de investimentos.

Este artigo tem o propósito de provocar e chamar a atenção de gestores de fundos de investimento, e que tenham interesse em diversificar sua carteira, considerando os ativos florestais como uma opção adicional. A STCP tem experiência na condução do bom manejo florestal visando agregação de valor para seus clientes. É intenção da empresa ampliar seu leque de clientes tendo como parceiros potenciais fundos de investimento. ■

SUMMARY

Investments in financial assets are normally preferred by the common investor as they are well disseminated for the overall public. Private pension funds have been a good investment alternative. This is a type of investment that tends to grow significantly in Brazil as projections indicate that population over 60 years old will triple in the medium-term. For the investor that has the option of investment in funds it is important to consider risk and financial return characteristics. In this sense timberland assets are a good option for the composition of a portfolio.

In North America timberland investments have been used as portfolio diversifiers. Historical performance indicators of this type of investment prove to be a good alternative that reduces the volatility of a portfolio formed by conventional financial assets. Other important aspect related to the timberland investments is the biological growth, and Brazil has a competitive advantage in this sense. In several studies conducted by STCP, internal rates of return of timberland investments in Brazil indicate it as a good investment on the long term. The attractiveness of this type of investment has brought the attention of international investors that have already invested considerably in Brazil. Local Brazilian investment institutions should also consider timberland investments as a good alternative for their portfolios.

Investimentos diretos em negócios florestais no Brasil e na América Latina – processo de melhoria do clima dos negócios

Direct investments in forest businesses in Brazil and Latin America – the process to improve the business climate

por Marco Tuoto e Marcelo Wiecheteck, consultores da STCP



ID no Setor Florestal da América Latina

Os investimentos diretos (ID) estão emergindo como um importante instrumento nas estratégias de desenvolvimento das economias mais desenvolvidas e globalizadas. Estimativas indicam que os ID mundiais alocados no setor florestal atingem USD 60 bilhões anualmente. Na América Latina, os ID no setor florestal alcançam anualmente pouco mais USD 5 bilhões.

Atualmente, o fluxo de ID no setor florestal latino-americano está sendo predominantemente orientado ao Brasil (extremo sul), Chile e Uruguai. A expectativa com relação ao Brasil é que os ID vinculados ao setor florestal alcancem USD 20 bilhões até 2014, destacando-se neste caso os investimentos diretos domésticos (IDD) e os investimentos estrangeiros diretos (IED) na indústria de celulose e papel (USD 14 bilhões). Por sua vez, o setor florestal chileno deve experimentar ID da ordem de USD 4 bilhões, tendo também a indústria de celulose e papel uma preponderante participação (USD 3,1 bilhões). No caso do Uruguai, a estimativa é que até 2007 os ID no

setor florestal alcancem mais de USD 2 bilhões, prevalecendo IED na produção de celulose.

Uma análise dos principais pólos latino-americanos de convergência de ID no setor florestal (extremo sul do Brasil, Chile, Uruguai e Argentina), indica uma série de fatores fundamentais para atração dos mesmos, que são similares nos distintos pólos, entre os quais evidenciam-se:

- Disponibilidade de terras para estabelecimento de florestas (ou simplesmente a existência de plantações florestais);
- Elevada produtividade das plantações florestais;
- Segurança jurídica e aplicação da lei (law enforcement);
- Infra-estrutura econômica adequada; e
- Baixo grau de regulação da atividade florestal-industrial.

ID no Setor Florestal do Brasil

O Brasil é, sem dúvida, o principal receptor do fluxo de ID no setor florestal latino-americano. Até o final da década de 80 predominaram os IDD. A partir

de meados da década de 90, os IED passaram a ocupar posição de destaque. Atualmente, estima-se que os IDD contribuam com 75% do montante total investido no setor florestal brasileiro, enquanto que os IED respondem pelos 25% restantes.

No Brasil, os ID nas atividades florestais (aquisição de terra, plantio, atividades silviculturais, colheita, entre outros) são muito menos significativos quando comparados com os ID na indústria florestal. Na realidade, a indústria florestal é muito mais dependente de capital intensivo que as atividades florestais.

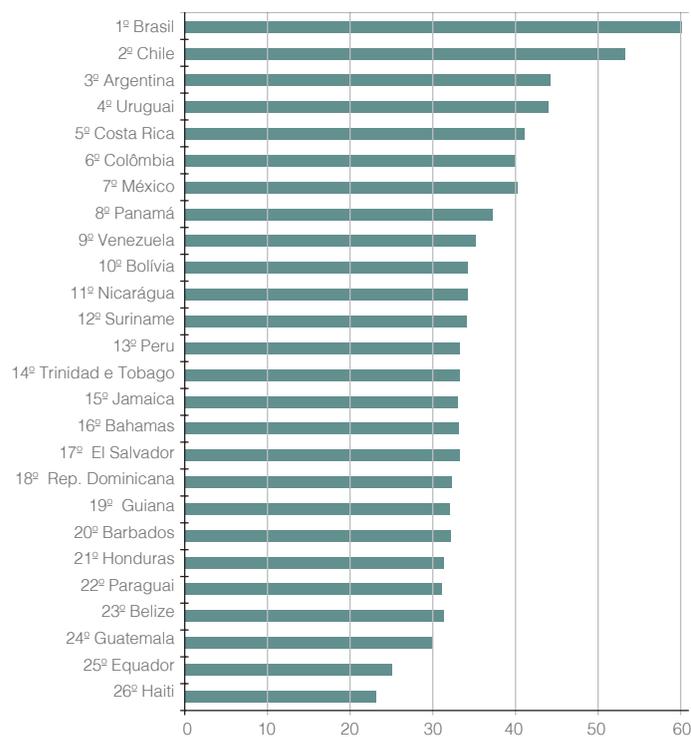
Estudos realizados pela STCP indicam que existe uma tendência global de estabilização do fluxo de ID, uma vez que as políticas governamentais e estratégias empresariais deverão estar orientadas muito mais para a melhoria da rentabilidade dos investimentos. No caso da indústria florestal brasileira, o que se verifica é que algumas empresas têm reorientado seus projetos de investimento, buscando regiões onde exista a disponibilidade de matéria-prima. Tal direcionamento tem um caráter estrutural e conduz a uma nova distribuição geográfica das operações e investimentos no

país. O Rio Grande do Sul e a Bahia têm atraído importantes investimentos floresto-industriais. Mais recentemente, o Piauí lançou, com base em estudos conduzidos pela STCP, o Programa de Desenvolvimento Florestal do Vale do Parnaíba para atrair investimentos para projetos florestais de grande porte, o que certamente dará uma maior dinâmica ao setor florestal no nordeste do país.

IAIF (Índice de Atração ao Investimento Florestal)

Recentemente, a STCP desenvolveu para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um índice para medir a atratividade do setor florestal na América Latina. O IAIF (Índice de Atração ao Investimento Florestal) reflete basicamente a situação verificada quanto ao fluxo de ID em negócios floresto-industriais na América Latina. O Brasil e o Chile, posicionados entre os primeiros classificados do IAIF, são os principais receptores de ID no setor florestal regional. Por sua vez, ocupam ainda posição de destaque o Uruguai e a Argentina, os quais nos últimos anos têm sido os principais receptores de IED no setor florestal latino-americano (vide figura 01).

Figura 01 – IAIF – Índice de Atração ao Investimento Florestal



Fonte: BID, 2005.

A expectativa com relação ao Brasil é que os ID vinculados ao setor florestal alcancem USD 20 bilhões até 2014.

Recentemente, a STCP desenvolveu para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um índice para medir a atratividade do setor florestal na América Latina. O IAIF (Índice de Atração ao Investimento Florestal)

Como instrumento adicional ao desenvolvimento do IAIF, a STCP elaborou para o BID o Processo de Melhoria do Clima de Negócios para Investimento Florestal (PROMECIF)

Dentre os países latino-americanos, o Brasil conseguiu o melhor desempenho do IAIF com 60 pontos de um total de 100. Os fatores inter-setoriais mais favoráveis a este desempenho foram seu mercado ativo de capitais e infraestrutura sócio-econômica adequada. Quanto aos fatores intra-setoriais destacam-se os recursos florestais existentes, tamanho do mercado doméstico e a vasta disponibilidade de terras com vocação florestal.

Entretanto, o país ainda possui entraves com relação a alguns importantes indicadores para melhorar seu ranking no IAIF. Os principais problemas incluem a política econômica e social, acesso a créditos, juros elevados, ações regulatórias excessivas e falta de políticas claras para o setor florestal. Na prática, o país poderia melhorar substancialmente seu desempenho potencial se conseguir melhorar seu clima geral para os negócios florestais.

PROMECIF

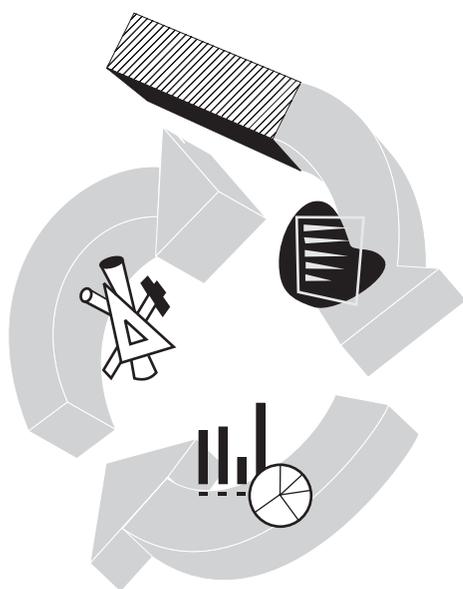
Como instrumento adicional ao desenvolvimento do IAIF, no sentido de organizar o esforço dos países latino-americanos para melhorar o clima de investimento no setor florestal e incrementar os ID a fim de que contribuam para o desenvolvimento sustentável, a STCP elaborou para o BID o Processo de Melhoria do Clima de Negócios para Investimento Florestal (PROMECIF). O PROMECIF é um processo cíclico de atividades que busca o desenvolvimento, execução, monitoramento e avaliação de ações que modificam os fatores que fazem com que um país atraia ID no setor florestal. O PROMECIF utiliza os resultados do IAIF para avaliar detalhadamente políticas e operações em países específicos.

O PROMECIF está dividido em três fases inter dependentes (vide figura 02):

- Fase I – Identificação do País e Compromisso de Mudança;
- Fase II – Diagnóstico e Definição da Estratégia;
- Fase III – Execução, Monitoramento e Avaliação.

Na fase I (Identificação do País e Compromisso de Mudança), o objetivo é obter um comprometimento das partes envolvidas no setor florestal do país para a adoção da metodologia do PROMECIF. Esta fase está estruturada em 3 etapas: (i) promoção;

Figura 02 - Fases do PROMECIF



Fonte: BID, 2005

(ii) identificação; e (iii) comitê coordenador.

A fase II (Diagnóstico e Definição da Estratégia) tem como meta a definição de uma estratégia de ações prioritárias para melhorar a atração do país para as ID no setor florestal. Esta estratégia está baseada em um diagnóstico da situação atual do país e da situação futura desejada pelas partes envolvidas, a fim de identificar problemas ou oportunidades específicas. O diagnóstico utiliza o IAIF para dimensionar os problemas ou oportunidades tornando-o uma ferramenta útil para medir e analisar as causas e efeitos dos indicadores e dos fatores que afetam o setor florestal de um país.

Tal avaliação se inicia com a utilização do resultado do IAIF (atual, potencial e diferencial) seguida de comparações com os resultados para outros países, considerando critérios regionais, territoriais, econômicos, entre outros. Através da análise do IAIF, é possível conhecer as convergências e contrastes entre países selecionados, assim como seus graus de desenvolvimento quanto à atração de ID ao setor florestal. Neste sentido, pode-se comparar um determinado país, por exemplo, com países: (i) melhores classificados no IAIF; (ii) geograficamente próximos, (iii) PIB equivalente; (iv) TVF (terras com vocação florestal) equivalentes; (v) territórios equivalentes; entre outros critérios. Esta análise pode ser realizada através de análise dos subíndices (dos fatores SUPRA, INTER ou INTRA-setoriais) ou dos indicadores (ex: crescimento do

PIB, TVF, mão de obra, carga tributária, entre outros). Tomando como base o diagnóstico e a identificação dos problemas e oportunidades, são definidas as alternativas de estratégia de intervenção para melhorar o clima de negócios para os investimentos florestais. A partir disto se estabelece um Plano de Ação, cujas ações deverão estar integradas com as atividades da fase III.

Finalmente, a fase III (Execução, Monitoramento e Avaliação) propõe definir as formas e fontes de financiamento das ações identificadas, desenho e análise de projetos específicos, definição das atividades de monitoramento dos projetos e avaliação de todo o processo. O ciclo finaliza com a avaliação ex-post das estratégias e projetos executados, a identificação das lições aprendidas e aplicação das mesmas em um novo ciclo do processo.

O PROMECIF, portanto, vem a ser um mecanismo fundamental na melhoria do clima de investimentos florestais e países como Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai, já manifestaram interesse em implementá-lo PROMECIF. A expectativa é que em médio e longo prazo o PROMECIF proporcione uma nova dinâmica ao fluxo de ID na América Latina.

Mais uma vez a STCP sai a frente, desenvolvendo estudos que proporcionam uma contribuição significativa para o desenvolvimento de negócios florestais sustentáveis tanto em nível como internacional. Maiores detalhes sobre o estudo elaborado pela STCP para o BID está disponível na home page do BID (www.iadb.org/homeid). ■

SUMMARY

STCP has developed for IADB (Inter American Development Bank) an index to measure the attractiveness of the forest sector in Latin America – IAIF (Forest Investment Attractiveness Index). Brazil and Chile lead the IAIF ranking, followed by Argentina and Uruguay. However, even in the leading countries, there are constraints with regards to some important performance indicators to improve their ranking in the IAIF. In practice, the Latin American countries could improve significantly their potential performance if they improve their overall climate/policies for forest businesses. An additional instrument was developed for the improvement of the IAIF, in the direction to organize the efforts of Latin American countries to improve their investment climate in the forest

sector and to attract DI. In this sense, STCP has also developed for IADB the Process to Improve the Business Climate for Forest Investment (PROMECIF). PROMECIF is a cyclical process of activities that aims at the development, implementation, monitoring and evaluation of actions that modify the factors that make that a country attracts ID into the forest sector. Therefore, PROMECIF is a fundamental tool in the improvement of the climate of forest investments. Countries such as Ecuador, Guatemala, Honduras and Paraguay, have already shown interest in adopting and implementing the PROMECIF process. The expectation is that in medium and long run the PROMECIF will provide a new dynamics to the flow of ID for the forest sector in Latin America.

A Lei 10.267/2001 e o cadastro de imóveis rurais

Law 10.267/2001 and the rural estate registry

por Rômulo Sousa Lisboa, Fabrício Pereira Barbosa, Karina Reinhold e Célia Sayama Pastore, consultores da STCP.



(públicas) por outro título que não seja o de compra.”. Essa lei vigorou até a promulgação da constituição republicana de 1891, que concedeu autonomia aos Estados para tratar dessa questão.

Desde então, o ordenamento jurídico do território brasileiro é tratado de forma conservadora e inadequada, tanto que o Brasil é conhecido como um dos países de maiores contrastes sociais do planeta. Estes contrastes aparecem de um modo mais que evidente na estrutura fundiária. Cerca de 2,8% das propriedades rurais ocupam 56,7% de todas as terras cadastradas, enquanto que 62,2% das propriedades ocupam 7,9% das terras.

Atualidade

De 1850 para cá pouco se modificou a estrutura de terra do país. A iniciativa mais recente do Estado, em criar um cadastro único dos imóveis rurais, visando à reestruturação da situação fundiária, ocorreu com a publicação da Lei 10.267/2001, que tem como objeto principal a criação de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

A partir de sua implantação, houve uma profunda mudança na forma de se cadastrar o imóvel rural, ficando os serviços de registro de imóveis obrigados a encaminhar ao INCRA, mensalmente, todas as modificações ocorridas nas matrículas imobiliárias decorrentes de mudanças de titularidade, parcelamento, desmembramento,

Histórico

O Brasil é um país de alta concentração de terra. As grandes propriedades, com pelos menos mil hectares, representam apenas 1% do total de propriedades e controlam 45,1% da área (IBGE - Censo Agropecuário 95-96), concentração que vem aumentando com o passar dos anos.

Essa concentração é histórica e data do primeiro regime de propriedade da terra, denominada por Sesmarias, quando o território brasileiro foi dividido em 12 capitanias hereditárias, regime que durou três séculos e foi revogado pouco antes da Independência do Brasil.

Após a independência, em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, com o seguinte conteúdo: “A partir de agora, acaba-se o costume de quem trabalha poder adquirir a terra onde vive por meio de ocupação. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas

loteamento, remembramento, retificação de área, reserva legal, reserva particular do patrimônio natural e outras limitações e restrições de caráter ambiental, envolvendo os imóveis rurais, inclusive os destacados do patrimônio público. Cabe ao INCRA também encaminhar, mensalmente, aos serviços de registro de imóveis, os códigos dos imóveis rurais, para serem averbados de ofício, nas respectivas matrículas.

O principal objetivo dessa Lei é aumentar a confiabilidade das informações dos imóveis rurais, através da integração eletrônica das diversas bases de dados de natureza fundiária, dispondo o setor público de um instrumento de apoio eficaz e preciso no combate a grilagem de terras, sobreposição de imóveis, como também potencializar as ações de caráter fiscal, ambiental, de desenvolvimento rural e de reforma agrária.

Portanto, com a entrada em vigor dessa Lei, ficou estabelecido claramente a exigência do georreferenciamento dos imóveis, com a efetiva materialização em campo dos vértices da propriedade, além da exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional que executará o levantamento e seu credenciamento junto ao INCRA, conotando e ratificando que somente os profissionais realmente habilitados para esse fim poderão atuar em levantamento de propriedades rurais, podendo inclusive responder judicialmente por eventuais falhas nos procedimentos técnicos, ocorridos sobre possíveis superposições verificadas em levantamentos realizados posteriormente, por confrontantes do imóvel.

Somente as propriedades com área inferior a 04 módulos fiscais (área variável por município) apresentam tratamento especial, cabendo ao INCRA e não ao proprietário a demarcação em campo da propriedade. Dessa forma, mais uma vez, o Estado transfere o ônus da adequação cadastral à sociedade (proprietário das terras).

Selo “Imóvel Legal” - Os imóveis recadastrados no ano de 2005, que tiverem sua regularidade comprovada, receberão no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) o selo “Imóvel Legal”. Essa operação de certificação cadastral tem como objetivo conferir transparência e confiabilidade aos registros cadastrais e cartoriais das propriedades e, conseqüentemente, mais

A iniciativa mais recente do Estado, em criar um cadastro único dos imóveis rurais, visando à reestruturação da situação fundiária, ocorreu com a publicação da Lei 10.267/2001, que tem como objeto principal a criação de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).



Com a entrada em vigor dessa Lei, Ficou estabelecido claramente a exigência do georreferenciamento dos imóveis, com a efetiva materialização em campo dos vértices da propriedade.

É decisão do INCRA a inibição dos cadastros dos imóveis. Se até 31 dezembro de 2005 o proprietário continuar inadimplente, o cadastro rural será cancelado e o proprietário ficará sem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR



Sem o CCIR não será possível realizar qualquer transação com o imóvel, tais como obter financiamentos bancários, vender ou arrendar a terra.

segurança ao mercado de terras.

É decisão do INCRA a inibição dos cadastros dos imóveis notificados para correção/implementação da demarcação conforme estabelece a lei, até a efetiva comprovação de regularidade. Os proprietários de imóveis nessa situação não poderão realizar atualizações cadastrais e quem não se apresentar será alertado até 21 de dezembro e, se até 31 de dezembro de 2005 continuar inadimplente, o cadastro rural será cancelado e o proprietário ficará sem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR. Sem este, não será possível realizar qualquer transação com o imóvel, tais como obter financiamentos bancários, vender ou arrendar a terra.

NORMA REGULAMENTADORA

Dois anos após a promulgação da Lei 10.267/01, foi elaborada pelo INCRA a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. A sua elaboração teve como objetivo o estabelecimento de uma série de regras para o levantamento do perímetro das propriedades, destacando principalmente a precisão dos vértices, que não podem conter erro posicional maior que 0,50 m.

Mesmo com o detalhamento da norma, muitas dúvidas quanto ao procedimento adequado para o levantamento permanecem, por vezes oriundas de situações não contempladas, como é o caso do procedimento a ser adotado na demarcação de ilhas, ou então da má interpretação dos procedimentos, da não análise e adoção desses procedimentos de forma adequada e até mesmo pela utilização de equipamentos sem as características e precisão estabelecidas claramente na norma. Tanto que o próprio INCRA, por determinação da sede Brasília, tem solicitado às regionais, a revisão detalhada de processos de certificação já aprovados.

A STCP e o processo de demarcação de terras

Com experiência consolidada no setor Florestal há mais de vinte anos, e recentemente, a inserção do processo de georreferenciamento de imóveis rurais em seu escopo de serviços, a STCP vem buscando alternativas para atender às exigências da Lei 10.267/01 e seus desdobramentos, incluindo a Norma Técnica do INCRA, com levantamentos rigorosamente precisos, estritamente de acordo com os procedimentos definidos em acordo com o INCRA

em reuniões técnicas e conforme a Lei 10.267/01.

Ainda no sentido de customizar os procedimentos, agregar valor e diluir custos dos levantamentos que são relativamente onerosos, dada a tecnologia a ser adotada e envolvimento de mão-de-obra, a STCP tem oferecido a seus clientes, além do Georreferenciamento de Imóveis Rurais, a complementação do trabalho de mapeamento da propriedade, através da geração de mapas de uso de solo, levantamento de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e geração de documentação complementar para atendimento às normas ambientais estaduais, como é o caso específico do estado do Paraná, onde o órgão ambiental exige que as propriedades sejam cadastradas no SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

Portanto, cabe às empresas e profissionais credenciados à realização desses serviços, estarem efetivamente aptos a realizá-los, ao mesmo tempo em que deverão assumir o compromisso de buscar alternativas de viabilização de tais levantamentos, quer através da contribuição para a melhoria/adequação da norma vigente, quer pela adoção de novas tecnologias e/ou procedimentos para aumentar a produtividade e conseqüente redução de custos, com vistas à efetiva instalação do processo de demarcação de propriedades rurais no Brasil. Esse conceito tem sido o norteador da atuação da STCP em serviços dessa natureza. ■

Cabe às empresas e profissionais credenciados para a realização desses serviços, estarem efetivamente aptos a realizá-los, ao mesmo tempo em deverão assumir o compromisso de buscar alternativas de viabilização de tais levantamentos. Esse conceito tem sido o norteador da atuação da STCP em serviços dessa natureza.

Summary

Since the early settlement of Brazil the high concentration of land has been a dilemma. Large properties represent only 1% of the number of properties and control 45.1% of the area (IBGE - Censo Agropecuário 95-96).

Trying to create mechanisms to minimize this problem, Law 10.267/2001, which deals with the establishment of a National Official Register of Rural Real Estate, was published in August 28th 2001. The main scope of the law is to increase the reliability of the rural estate information, with the digital integration of several real estate databases. Therefore it will supply the public sector with an effective and precise tool to tackle fraudulent registry of real estate, the superimposition of real estate, the enhancement of potential fiscal and environmental lawsuits, besides those related to rural development and the agricultural reform.

With the enforcement of the Law 10.267/2001, some requirements were established: the georeferencing, with the positive materialization vertices; the Filing of Technical Responsibility of the professional carrying out the analysis in addition to their affiliation to INCRA. Only accredited professionals will take part in this, who may also be held legally responsible for possible errors in the technical procedures due to the superimposition of analyses carried out later.

Although Law 10.267/01 does not address all the needs for the exchange of the real estate databases, its enforcement has become an important indicator for the execution of the Official Register of Real Estate of Brazil, by bringing closer the Official Register systems and the control of the real and legal status of the rural real estate by INCRA.

Having been consolidated in the forest sector for over 20 years, and recently having assimilated the georeferencing of rural real estate process in its scope of services, STCP has been seeking alternatives to meet the requirements of the Law 10.267/01 and its repercussions. Its outreach also comprises the Technical Norm from INCRA, with rigorously precise analyses and strictly in accordance with the outlined procedures endorsed by INCRA during technical meetings and with the Law 10.267/01.

Modelos de expansão da produção florestal e de desenvolvimento regional

Forest production expansion models and regional development

por Bernard Delespinasse, Joésio Siqueira, Gabriel Saraiva e Eugênio Pitzahn Jr, consultores da STCP.

A silvicultura é por natureza uma atividade produtiva com um prazo de maturação mais longo que atividades agrícolas convencionais. Dessa forma, apesar dos retornos provindos da silvicultura serem superiores à maioria dos cultivos agrícolas, os prazos maiores de maturação econômica limitam, em parte, uma maior expansão da área de florestas plantadas no Brasil, país que tem uma cultura imediatista bastante arraigada.

Entretanto, atualmente não só empresas têm procurado investir na elaboração de modelos de expansão florestal, visando o aumento da oferta de matéria prima para seus processos industriais, mas também governos, visando utilizar a atividade florestal como “motor” para o desenvolvimento de suas economias.

Para o setor privado, a base florestal existente e os modelos de expansão florestal considerados, são baseados prioritariamente na produção em terras próprias e em segundo plano, na adoção de formas de arrendamento e de fomento florestal tradicional.

Mais recentemente, com a elevação significativa da participação do custo da terra na produção

florestal, as empresas têm procurado novas alternativas de suprimento como: o fomento de maior porte através de fazendeiros florestais; as TIMOs (Timber Investment Management Organizations, ou Organizações de Gerenciamento de Investimentos em Florestas) e as CPRs (Cédula de Produto Rural).

Para o caso de modelos desenvolvidos pelos governos, até mesmo como política pública voltada à melhoria das condições de vida no campo, um bom exemplo diz respeito a um modelo recentemente desenvolvido para o Estado do Piauí, através da adoção do conceito de “Empresas Âncora”, buscando estabelecer um multiplicador da atividade silvicultural para atrair empreendimentos de pequeno e médio porte do setor florestal e de outros setores da economia (indústria e serviços).

Modelos de expansão da produção florestal

A busca das empresas do setor de base florestal por modelos alternativos de expansão da produção florestal tem intensificado nos últimos anos,

tanto que a STCP tem apoiado intensivamente no desenvolvimento de novos modelos. Alguns deles abordados nesse artigo que envolveram clientes dos setores de papel e celulose, painéis reconstruídos, produtos de madeira sólida e siderurgia a carvão vegetal.

Área Florestal Própria

É o modelo de produção de madeira mais utilizado por grandes empresas, pois apresenta o menor risco de suprimento da matéria prima necessária a seus processos industriais. Se por um lado esse modelo permite à empresa contar com uma fonte confiável de matéria prima, os custos, especialmente os relacionados à aquisição de terras e à necessidade de manutenção de uma estrutura organizacional florestal na empresa, são fatores que oneram a madeira produzida, principalmente para aquelas que não têm a produção florestal como sua atividade-fim.

Arrendamento de Imóveis Rurais

No meio rural, a figura de arrendamento de imóveis é muito antiga. O arrendamento é geralmente pago de maneira fixa, desvinculada da produção. Entretanto, é importante que as partes considerem as características do fluxo de caixa do arrendatário, para que pelo menos parte dos pagamentos coincida com os momentos onde ele terá entradas de caixa.

A vantagem mais importante desse modelo é que o proprietário pode obter renda através da propriedade, com baixo risco, sem necessidade de investir ou explorar a terra por sua conta, além de conservar o domínio da propriedade. O arrendatário, por sua vez, tem a vantagem de poder produzir madeira sem ter que investir e congelar seu capital na compra de terras.

Modelo de Produção Florestal Baseado no “ARRENDAMENTO”



Elaboração: STCP

Atualmente não só empresas têm procurado investir na elaboração de modelos de expansão florestal, mas também governos, visando utilizar a atividade florestal como “motor” para o desenvolvimento de suas economias.



A busca das empresas do setor de base florestal por modelos alternativos de expansão da produção florestal tem se intensificado nos últimos anos e a STCP tem apoiado intensivamente com o desenvolvimento de novos modelos.

Fomento Florestal Tradicional

O fomento florestal tradicional foi criado com o objetivo de assegurar uma fonte alternativa de suprimento de madeira através do aproveitamento de terras muitas vezes ociosas, ao mesmo tempo contribuindo para a recuperação de áreas degradadas pelo uso alternativo do solo.

Para que a adesão aos programas de fomento florestal seja uma alternativa viável para os produtores, é necessária uma parceria ativa entre as empresas e produtores.

Os principais objetivos para a participação externa na produção de madeira das empresas são:

- Maior integração da empresa com os pequenos e médios proprietários;
- Fixação da mão-de-obra disponível na área rural;
- Diminuição do investimento em terras através do desenvolvimento de fontes alternativas de suprimento de madeira;
- Ampliação das alternativas de renda para os proprietários rurais na área de influência;
- Diminuição dos custos de matéria-prima;
- Ampliação das alternativas de produção de madeira para regular florestas próprias, e;
- Diminuição da compra de madeira no mercado.

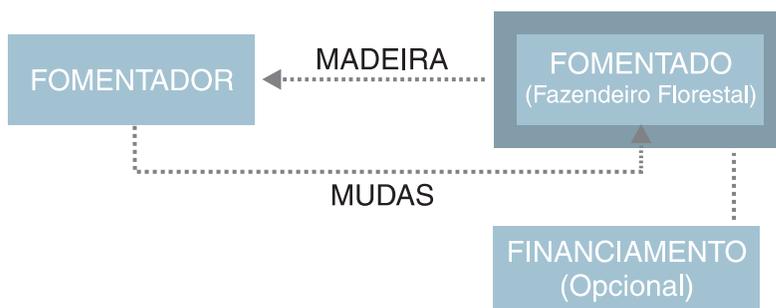
As duas grandes conquistas dos programas de fomento florestal são: contribuição à superação da falta de tradição silvicultural do proprietário rural brasileiro; e a manutenção das populações rurais no campo, pois proporciona uma melhoria da qualidade de vida através de alternativas de atividades produtivas, geração de renda e manutenção das já existentes.

Fomento Através de Fazendeiros Florestais

O fomento florestal direcionado para fazendeiros florestais (grandes proprietários rurais), geralmente pecuaristas, tem como característica não utilizar mão-de-obra familiar, mas sim assalariada, já vinculada às atividades antes conduzidas nas fazendas. É similar ao fomento tradicional. No entanto, é prática o fornecimento somente de mudas e assistência técnica. Os fazendeiros florestais, como opção, podem utilizar linhas de financiamentos disponíveis no mercado para o custeamento das operações de implantação e manutenção das plantações.

A grande vantagem da empresa fomentadora é o baixo investimento na implantação de florestas e formação de módulos de produção florestal maiores, reduzindo os custos futuros de logística de suprimento de madeira.

Modelo de Produção Florestal Baseado no Fomento de Fazendeiros Florestais



Uma das grandes conquistas alcançadas pelos programas de fomento florestal é a contribuição à superação da falta de tradição silvicultural do proprietário rural brasileiro.

Timber Investment Management Organizations - TIMOs

As TIMOs (Organizações de Gerenciamento de Investimentos em Florestas) são empresas que operam como intermediários entre investidores institucionais (geralmente fundos de pensão) e os empreendimentos florestais. As responsabilidades primárias dessas organizações incluem a análise e aquisição de propriedades florestais com potencial de investimento, e posteriormente atividades de manejo e gerenciamento florestal no sentido de otimizar o retorno dos investimentos realizados.

Geralmente o processo ocorre quando o investidor institucional escolhe uma TIMO para que esta identifique florestas com potencial de investimento, realize uma avaliação para determinar o valor das mesmas e apresente uma oferta para sua aquisição. Se a oferta for aceita, a TIMO irá manejar

a floresta para a produção de madeira, retornando a renda obtida através da venda das árvores para o investidor.

As operações mais comuns de aquisição por parte de TIMOs são:

- i. Propriedade: a TIMO adquire a floresta e a propriedade da terra;
- ii. Floresta: a TIMO adquire somente a floresta (árvores em pé). Nesse caso, o proprietário da terra pode ou não ter direitos sobre a produção madeireira. Existem várias opções no que se refere a esses direitos, sendo os mais importantes: o proprietário da terra tem direito a um volume estipulado; e, o proprietário tem direito à primeira oferta para a compra da madeira.

Cédula de Produto Rural - CPR

A CPR é um mecanismo amplamente utilizado na agricultura (produção de grãos) e que recentemente está sendo considerada como alternativa para produção florestal. Trata-se de um título comercial emitido pelo produtor em favor de um fundo de investimentos que financia produção destinada a um comprador previamente definido.

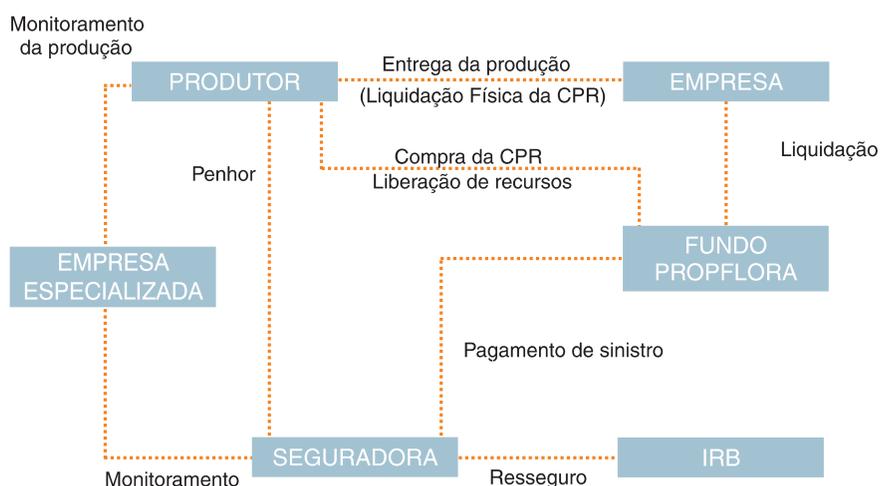
Nesse modelo faz-se necessário uma empresa consumidora da madeira comprometida em adquirir a produção florestal, pagando preços estabelecidos no ato da emissão da CPR.

Todo esse processo é coberto por garantias de

companhias seguradoras que oferecem proteção contra risco de performance (pragas, incêndios, secas prolongadas, etc.) e outros riscos como de vida do produtor garantindo, assim, a liquidação do contrato.

A CPR é um título líquido e certo, transferível por endosso e exigível pela quantidade e qualidade de produto, ou pelo valor nele previsto. Enquanto vincenda, é um ativo financeiro, podendo ser negociada em bolsas de mercadorias e de futuros, ou em mercado organizado de balcão, autorizado pelo Banco Central do Brasil, apresentando-se com grande liquidez no mercado financeiro.

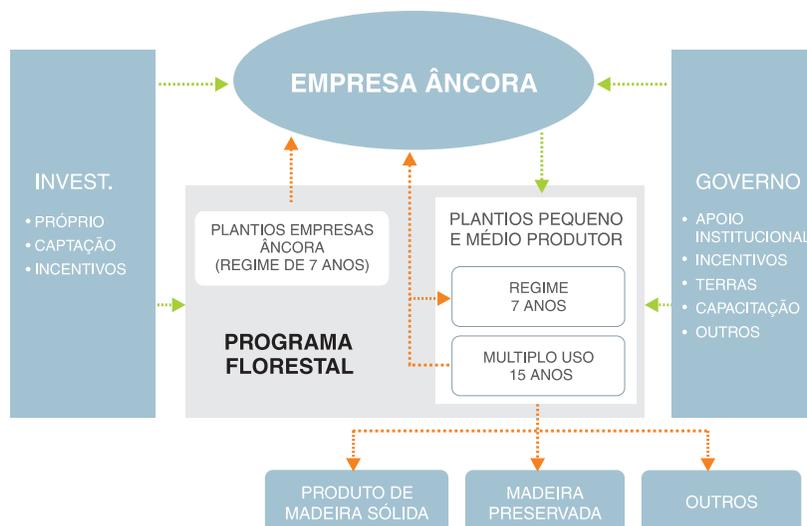
Modelo de Produção Florestal para CPRs



Modelo de desenvolvimento florestal regional

O desenvolvimento do setor florestal de uma Região exige uma estratégia que facilite a implementação de um programa florestal e assegure a sua sustentabilidade. Muitos planos nascem comprometidos devido à ausência de estratégia e organização de atividades inerentes ao processo de implementação.

Modelo do Programa de Desenvolvimento Florestal



Elaboração: STCP

Para garantir que sejam alcançados níveis de competitividade, escala e sustentabilidade, um modelo de Desenvolvimento Florestal Regional deve envolver diferentes atores.

De maneira geral, cabe ao setor público atuar como agente regulador e promotor do desenvolvimento. Para tal o governo deverá desenvolver políticas públicas e mecanismos que facilitem a ação do setor privado, assegurando a sua competitividade no mercado.

Quanto ao setor privado é fundamental que seja competente no desempenho de seu papel, planejando, investindo e adotando procedimentos e tecnologias que garantam sua competitividade no mercado, gerando renda para a garantia da sustentabilidade econômica da atividade.

Recentemente a STCP obteve grande sucesso no desenvolvimento de um modelo para a FUPEF/Governo do Piauí direcionado para o Vale do Parnaíba, o qual é baseado em empresas de grande porte, enquadradas dentro do conceito de “Empresas Âncora”, com efeito multiplicador de atração de empreendimentos de pequeno e médio porte do segmento da indústria de madeira sólida.

O conceito considera que em médio e longo prazo poderão ser atendidas, empresas dos setores “auxiliares vinculados” como: indústria

O desenvolvimento do setor florestal de uma Região exige uma estratégia que facilite a implementação de um programa florestal e assegure a sua sustentabilidade. Muitos planos nascem comprometidos devido à ausência de estratégia e organização.

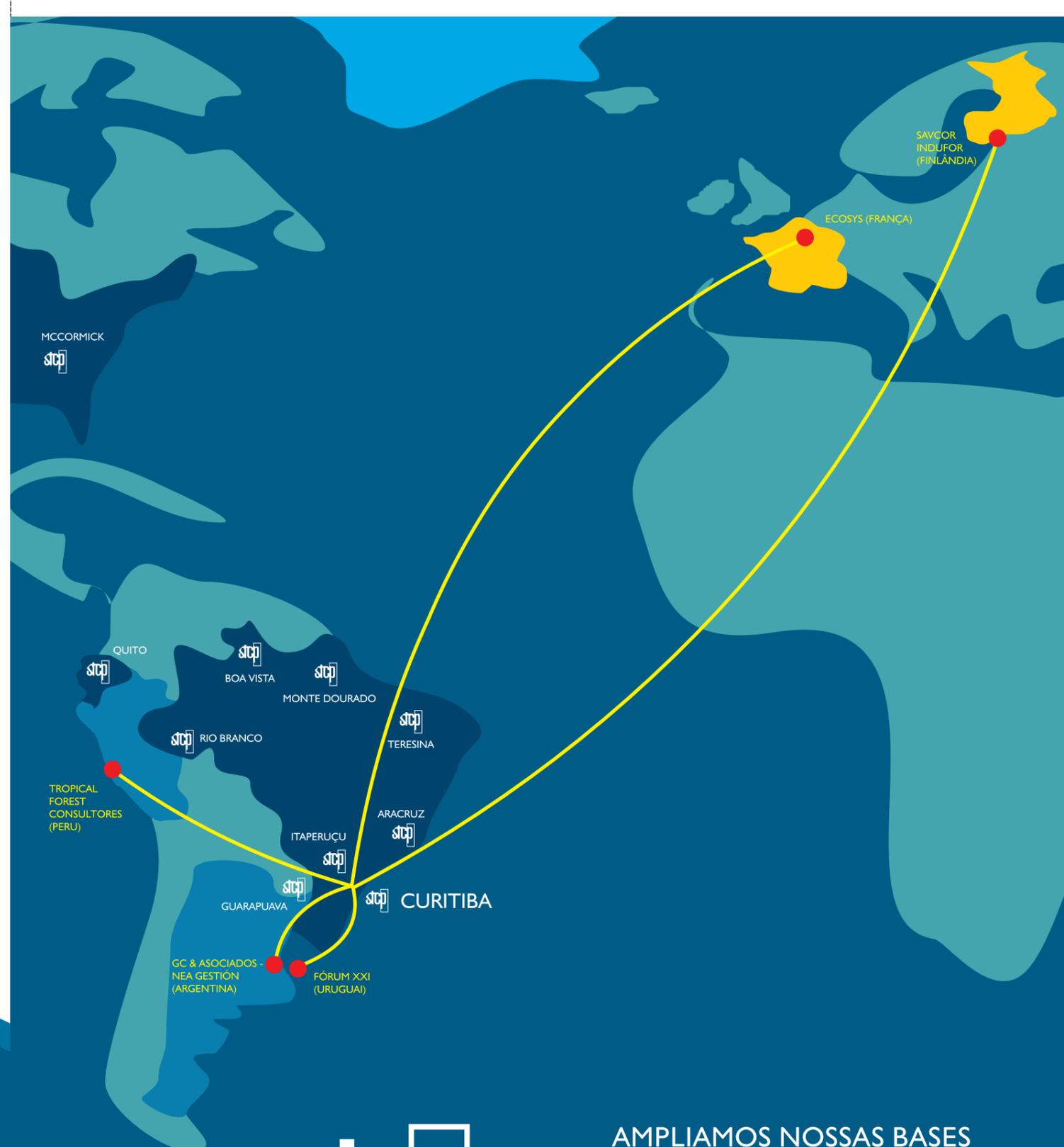
química (resinas, colas, tintas e outros); máquinas e equipamentos; os diversos segmentos do setor de serviços; o comércio; e outros, que no conjunto completam o complexo que forma um “cluster”.

Summary

Nowadays, companies have been searching for forest expansion models both for increasing their production of raw materials and providing economical development of their influence areas. They also supplement their own production with other production options like Leasing, Tree Farming Program, TIMOs, CPR and Anchor Companies. The model could be made up of a single option, or mixture of options according to the geographic and land use characteristics of company's influence area and the approval of local community. These models are different from traditional models, developed by the government, for not being turned to land movement settlements, but to all rural producers (small, middle and far reaching), that can have others option of production, increasing the obtained income with rural property, contributing for the economical development of the region and fixing the man on the field.



25 ANOS DE TRABALHO
PARA TORNAR A STCP
A EMPRESA LÍDER NA
AMÉRICA LATINA



CONSULTORIA
ENGENHARIA
GERENCIAMENTO

AMPLIAMOS NOSSAS BASES
DE OPERAÇÃO PARA MELHOR
ATENDER NOSSOS CLIENTES